

JOSÉ GOLDEMBERG E EUNICE RIBEIRO DURHAM

# Ensino pago, ensino gratuito

**Não se deve cobrar para isentar o Estado de investir no terceiro grau**

O debate que se trava hoje em dia sobre a questão da gratuidade do ensino superior nas instituições públicas está extremamente radicalizado, o que dificulta uma análise mais isenta da questão.

Tem-se afirmado repetidamente, por exemplo, que a universidade pública abriga os filhos dos ricos, enquanto os pobres se sacrificam para estudar em faculdades particulares, pagando por seus estudos. A verdade é que, no Brasil, a população pobre não tem acesso ao ensino superior, nem público nem privado, porque dificilmente logra completar sequer o primeiro grau. Por outro lado, os jovens de famílias ricas nem sempre possuem o potencial acadêmico para disputar as vagas nas universidades públicas. O ensino superior, tanto público quanto privado, atende majoritariamente às classes médias, que não são necessariamente ricas e para as quais o diploma é condição para manter ou melhorar sua posição social. Estudos recentes têm mostrado, aliás, que o perfil socioeconômico dos alunos das instituições públicas e privadas tende a ser muito semelhante.

Assim, se não é verdade que a universidade pública atenda apenas aos ricos, por outro lado há de se reconhecer que a grande maioria dos estudantes do terceiro grau teria condições de contribuir, pelo menos parcialmente, para financiar seus estudos.

A educação gratuita, numa sociedade democrática, se justifica em duas condições: quando ela é fornecida indistintamente a todos; ou quando, sendo oferecida apenas a alguns, se assegura que todos possam competir em igualdade de condições. No caso do ensino superior, nenhuma dessas condições é atendida e a forte influência de fatores socioeconômicos nas oportunidades de acesso justifica que se estabeleça uma contribuição financeira por parte daqueles que dele vão se beneficiar.

Além do mais, seria inteiramente irrealista supor que o ensino pago pudesse cobrir o custo das

universidades, permitindo um vultoso aporte de recursos adicionais para o ensino básico, como às vezes se quer fazer crer. No mundo todo, o custo elevado das universidades vem do fato de elas não

serem exclusivamente instituições de ensino, mas também centros de pesquisa. No Brasil, particularmente, onde a iniciativa privada não investe em pesquisa e o Estado investe pouco, a investigação, tanto pura quanto aplicada, está praticamente toda concentrada nas universidades públicas e não podemos destruir esta competência sem ameaçar o próprio desenvolvimento do País. O Estado vai ter, portanto, de continuar a investir pesadamente nas universidades, exigindo delas uma produção científica relevante, como fazem os países desenvolvidos.

São basicamente corretos os

cálculos que indicam que a cobrança dos custos do ensino não representaria mais que 20% do orçamento das universidades públicas. Calculando-se que há uma parte muito substancial do aluna-do que não pode pagar e para a qual a gratuidade deve ser assegurada, o percentual deve ser, ainda menor. Isso nos leva a repensar a questão das vantagens da introdução do ensino pago em termos do aporte de recursos que ele possa representar. Da perspectiva de aumentar as verbas para os demais níveis de ensino, a medida não se justificaria. Mas se justifica se analisarmos a questão de um outro ponto de vista.

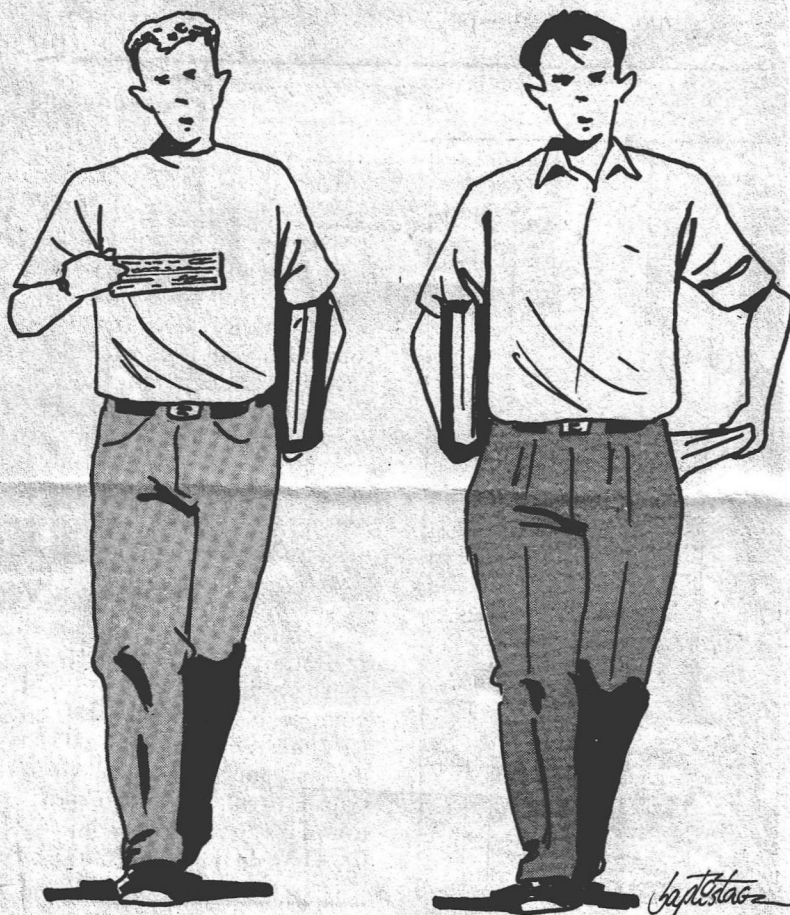
Nas universidades públicas, hoje, o pagamento do pessoal consome cerca de 90% do orçamento. Apenas 10% é destinado a custeio e capital. Isso explica por que sua infra-estrutura se está tornando rapidamente obsoleta em termos de informatização e da qualidade dos laboratórios e bibliotecas,

não tendo mais condições de competir com universidades do Primeiro Mundo. Se a cobrança de taxas escolares trouxesse um aporte adicional de 10% do orçamento, isso poderia significar um aumento de 100% nas verbas de custeio e capital e uma melhoria substancial das condições de ensino e pesquisa.

Quando se consideram todas estas questões, pode-se afirmar que o erro fundamental do debate está em colocar o problema em termos de duas alternativas igualmente extremas: ou se cobra tudo de todos, ou não se cobra nada de ninguém. As perguntas que devemos fazer são outras: para que cobrar, quanto cobrar e de quem cobrar?

Não se deve cobrar para isentar o Estado de investir no ensino superior. Em contrapartida, considerando que as classes médias, que mais se beneficiam da educação superior, são justamente as que mais pagam impostos no País e, portanto, já contribuem diferencialmente para a manutenção do ensino, deve-se cobrar pouco para não elitizar ainda mais o sistema. Deve-se cobrar de quem pode pagar, assegurando-se a gratuidade a quem não pode e estabelecendo-se um sistema de bolsas para os que não têm condições de se manter. Os recursos obtidos com a cobrança de taxas escolares devem ter destinação definida: a melhoria da infra-estrutura de ensino e a constituição do fundo de bolsas. Os alunos devem poder fiscalizar a aplicação desse fundo. Desta forma, o ensino pago teria a clara função de melhorar as condições de ensino e aumentar a equidade social.

O ensino pago nas universidades não é uma panacéia para resolver os problemas da educação no País, mas também não é uma tragédia que instauraria a iniquidade no sistema educacional. A Constituição não é o lugar adequado para decidir a questão, fechando alternativas que devem permanecer abertas.



■ José Goldemberg, professor visitante da Universidade de Princeton (EUA), foi reitor da USP e ministro da Educação. Eunice R. Durham é professora titular da USP.